

Expedições Naturalistas e Exploratórias na Construção Histórica do Vale do Rio Branco

Reinaldo Imbrozio Barbosa¹

1. Introdução

Os primeiros relatos históricos de expedições naturalistas por toda a Amazônia estão diretamente ligados à conquista territorial e comercial do Novo Mundo, principalmente, por portugueses e espanhóis. Estes relatos remontam cenários historiográficos de relações sociais, políticas e ambientais vividas por diferentes atores da época, sendo de extrema importância na reflexão do processo de construção histórico-cultural que serve de base para as atuais tomadas de decisão sobre desenvolvimento regional.

As regiões situadas na costa atlântica amazônica e ao longo dos principais rios foram, sem dúvida, mais documentadas do que outras mais afastadas. Entretanto, algumas regiões periféricas da Amazônia acabaram sendo exceção a esta regra por possuírem disputas específicas de rotas comerciais permitindo, por exemplo, que vários reconhecimentos fossem requisitados para estabelecer parâmetros de posses entre as nações europeias envolvidas. Uma destas regiões foi a do Vale do Rio Branco, hoje estado de Roraima, situado no extremo norte da Amazônia, que está relacionada diretamente à conquista do rio Negro pelos portugueses no século XVII. Embora a grande maioria das expedições desta época não possa ser reconhecida como tipicamente naturalista nesta região, quase todas resgatavam informações sobre o uso dos recursos naturais e populações indígenas locais, dentro do espírito de amortecimento e cicatrização dos limites do norte da Amazônia; uma zona conhecida como a região das Guianas.

2. Os primeiros registros no período colonial

O primeiro registro sobre a região do Rio Branco deve ser creditado ao jesuíta Christobal de Acuña, cronista da expedição de Pedro Teixeira (1637-39) ao longo do rio Amazonas e principais tributários. Em sua crônica (*Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*), Acuña relata que uma parte da expedição adentrou pelo rio Negro sugerindo, pelo texto exposto, que tenha havido incursões de reconhecimento no baixo curso do Rio Branco, seu maior afluente (ainda sem este nome naquela época). O mapa que segue em anexo à crônica, e parte do capítulo destinado ao rio Negro são traços inegáveis do conhecimento que os portugueses possuíam sobre este rio. Também demonstrava uma preocupação comercial e militar ao levantar que este tributário atingiria terras dominadas pelos holandeses através de um rio grande (o Essequibo) que levaria ao mar do norte (Caribe).

Esta preocupação foi expressa por Bernardo Pereira de Berredo (1749) nos anais históricos do estado do Maranhão (região entre o que é hoje o Piauí/Ceará e toda a Amazônia), indicando a disputa territorial entre portugueses, espanhóis e holandeses, mais tarde somados a franceses e ingleses, em toda a região das Guianas. A disputa, obviamente, era devido ao grande interesse comercial na região por conta da possível exploração e do alto valor que produtos como, por exemplo, urucum (*Bixa orellana* L. - Bixaceae), tabaco (*Nicotiana tabacum* L. – Solanaceae) e salsaparrilha (*Smilax* spp. – Smilacaceae), alcançavam no mercado das Índias Ocidentais.

1. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); reinaldo@inpa.gov.br

Expedições tipicamente comerciais foram férteis neste período colonial no Rio Branco, interessadas não só nos recursos naturais como também no tráfico de indígenas. Estes eram comercializados através das “tropas de resgate” que realizavam o descimento dos índios para venda em Belém ou com outras nações vizinhas. No Rio Branco os descimentos oficiais e registrados em documentos históricos encerraram-se por volta de 1748 com José Miguel Ayres, embora desde 1705 hajam registros de descimentos realizados por Francisco Ferreira com apoio do carmelita Jerônimo Coelho. Grande parte das populações indígenas, principalmente do baixo Rio Branco, sofreu perdas significativas, tanto pelo aprisionamento como pelo vigor das doenças trazidas pelos exploradores, como gripe, irritações de pele, etc.

As incursões portuguesas oficiais tiveram o seu apogeu a partir da segunda metade do século XVIII, juntamente com a construção do Forte São Joaquim em 1775 na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera, sendo claramente realizadas com o intuito de reconhecer e delimitar território. As de melhor documentação foram as de (i) Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1777), Ouvidor da Capitania do Rio Negro, que realizou um detalhado relato histórico da região, além de descrever costumes de índios, fauna, flora e mineralogia, (ii) Ricardo Franco de A. Serra e Antônio Pires da S. Pontes (1781), ambos a serviço da Coroa Portuguesa para avaliação da fronteira com os espanhóis e holandeses, e (iii) Manoel da Gama Lobo D’Almada (1787), então governador da Província do Rio Negro, que detalhou geograficamente grande parte da região em mais uma tentativa de consolidar a posse portuguesa em terras limítrofes com outras nações europeias. D’Almada também fez um rico relato sobre os produtos naturais e a população indígena da região que se encontrava nos diretórios idealizados pelo governo português (resquícios da Era Pombalina), como forma de propiciar o papel de polícia na área. Foi dele a ideia estratégica de ocupação e aproveitamento dos campos naturais do alto Rio Branco (“lavrado” ou savanas de Roraima) como pastagem para o gado bovino que serviria ao restante da Província.

Do ponto de vista estritamente científico, apenas a expedição do naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1786, pode ser realmente destacada dentro da fase colonial, embora Nicholas Horstman (1741), um holandês especializado em mineralogia, pudesse ser enquadrado nesta categoria se suas observações tivessem melhor documentadas. Vale ressaltar, porém, que mesmo com grande espírito pela história natural, Ferreira foi impulsionado por um convite estratégico do Governo Colonial Português que queria conhecer o potencial econômico desta região. Além disso, possuía como segunda missão avaliar a situação dos aldeamentos indígenas no Rio Branco que, recentemente, haviam sido abalados por um levante dos índios que se revoltaram com a forma de tratamento dos portugueses. Todo o precioso material coletado na extensa viagem de Ferreira pela Amazônia, inclusive as notas de campo, foi depositado no Real Museu de Lisboa, sendo confiscado em seguida por Napoleão Bonaparte quando da invasão francesa a Portugal em 1808. A maior parte de seu material está conservado atualmente em Paris, no *Muséum National d’Histoire Naturelle*.

3. O Rio Branco no Império

Na fase do Brasil Império, o vale do Rio Branco começou a conhecer melhor sua riqueza zoológica, embora toda a região continuasse no processo de cicatrização das fronteiras internacionais. Dentre as expedições mais importantes, destaca-se a do naturalista austríaco Johann Natterer que percorreu o Rio Branco entre 1831-1832 desde sua foz até a confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, por onde alcançou os rios Cotingo e Maú. Foram cerca de 10 meses de intensa atividade de campo que forneceram registros principalmente sobre avifauna, entomofauna e ictiofauna do vale do Rio Branco. Infelizmente a maior parte do material coletado foi perdido em um naufrágio quando de seu retorno para Belém, com o restante sendo depositado no *Naturhistorisches Museum Wien* (Viena).

Além destas, também podem ser citadas a Expedição Thayer (1865-66), liderada por Jean Louis Rodolphe Agassiz (ele não participou da incursão ao

Rio Branco) e a de Henri-Anatole Coudreau, geógrafo francês que percorreu parte desta região a serviço do Ministério da Marinha e das Colônias da França. Coudreau percorreu a região entre 1883-1885, caminhando longas distâncias em companhia quase que exclusiva dos indígenas locais. Ele descreveu os campos naturais do Rio Branco (savanas), fazendo comentários sobre sua gente e as relações sociais de então. Coudreau aprendeu a se comunicar com os índios locais (principalmente os Wapichana), quando permaneceu por cerca de 10 meses na Aldeia da Malacacheta (próxima de Boa Vista) por causa de uma febre que o acometeu; provavelmente malária.

Neste período também se dá o início de expedições patrocinadas pelo governo inglês para avaliar o potencial da área e proporcionar base contestatória para uma reivindicação territorial na região do rio Pirara, no nordeste de Roraima. Embora outras incursões tenham ocorrido tomando-se como ponto de partida o rio Rupununi (Charles Waterton em 1812; Gullifer & Smith em 1828; Adam de Bauwe em 1834), as mais importantes foram a dos irmãos alemães Robert e Richard Schomburgk, que entre 1838-1842 realizaram expedições por vários pontos fronteiriços entre a então Guiana Britânica (hoje Guiana) e o Brasil. Embora tivessem contribuído com um farto material faunístico e florístico, em parte depositado no *Museum für Naturkunde der Universität Humboldt* (Berlim), suas argumentações geográficas acabaram suportando a decisão final sobre a disputa territorial entre Brasil e Inglaterra, conhecida como a “Questão do Pirara”. O árbitro internacional da questão, o Rei da Itália Victor Emanuell III, decidiu em 1904 que aproximadamente 20.000 km² deveriam ser incorporados à Guiana Britânica devido a indícios de ocupação por aquela nação antes dos portugueses (e brasileiros). Indícios estes que Joaquim Nabuco rebateu documentalmente nas memórias desta disputa internacional, mas que não foi levada em conta pela arbitragem diplomática.

O final desta fase foi marcado pelo reconhecimento das regiões montanhosas do extremo norte de Roraima por Everard Im Thurn e Harry Perkins, ingleses e funcionários da Coroa Britânica na Guiana. Ambos foram um misto de etnólogos, botânicos e geólogos que lideraram a primeira

escalada oficialmente registrada ao topo do Monte Roraima em dezembro de 1884. Seu ponto de partida foi o rio Potaro (Guiana), contornando a Serra de Pacaraima pelo lado venezuelano e perfazendo a subida por uma trilha (pouco modificada até hoje) localizada na parede oeste deste tepui. Im Thurn é destacado também por ter feito várias incursões à região limítrofe com o Brasil, o que lhe valeu conhecimentos sobre os povos locais e seu modo de vida. O fechamento desta fase se deu como Ermano Stradelli, um conde italiano muito ligado às questões humanas na Amazônia, que percorreu todo o Rio Branco em 1888. Fez um relato histórico e geográfico da região e da situação sócio-econômica em que ela se encontrava naquele momento. O mapa da bacia do Rio Branco que Stradelli construiu a partir desta viagem fez parte das memórias da “Questão do Pirara”, tendo sido um marco da cartografia da época pela riqueza de detalhes.



Figura 1. Forte São Joaquim, um marco militar português construído na confluência dos rios Tacutu e Urarocoera em 1775, na visão traçada por Robert Schomburgk quando de sua passagem pelo Rio Branco.

Fonte: Schomburgk, R. 1847-48. *Travels in British Guiana during the years 1840-44. Carried out under the Commission of His Majesty the King of Prussia* (vol. I and II). Leipzig, Pub. House J. J. Weber.

4. A construção do recente

A fase das expedições no vale do Rio Branco dentro do período republicano apresentou um país nacionalista e preocupado em resguardar fronteiras e riquezas do extremo norte ainda sob o impacto do resultado internacional da “Questão do Pirara”. Assim sendo, em 1906, Alfredo Ernesto Jacques Ourique, acompanhado do governador do Amazonas (Constantino Nery), realizou uma expedição entre Manaus e Boa Vista, confeccionando um extenso

relato geográfico e histórico de todo o vale do Rio Branco. Fez uma descrição dos aspectos econômicos e sociais para servir de base na solução das questões de povoamento e progresso desta região. Isto principiaria um sistema de vigilância sobre as terras brasileiras. Não foi a primeira viagem de Ourique ao Rio Branco, visto que ele já havia realizado uma pela Comissão de Limites em 1882 e, outra, em companhia de Stradelli em 1888. Na expedição de 1906 foi obtido um extenso material fotográfico, apresentado no livro *O Valle do Rio Branco* e, que acabou se transformando no primeiro grande acervo de imagens que demonstrava aspectos geográficos e traços da população local.



Figura 2. Porto da cidade de Boa Vista fotografado em 1906 na expedição de Jacques Ourique.

Fonte: Ourique, J. 1906. *O Valle do Rio Branco*. Manaus, Imprensa Oficial/G. Huebner & Amaral. 33p + anexos.

Em seguida, seria impossível deixar de falar da contribuição de Ernst Heinrich Georg Ule e Theodor Koch-Grünberg. O primeiro, botânico alemão, percorreu entre 1908-09 o Rio Branco e localidades próximas às serras Grande, de Mucajá e do Murupu, alcançando mais tarde o Monte Roraima. Ule pertencia ao Jardim Botânico de Berlim, chegando a publicar artigos da flora e da cultura humana desta região (p. ex. *Entre os índios do Rio Branco do norte do Brasil*). Em seus textos, além das descrições geográficas, ele relatou hábitos de consumo alimentar que os índios das savanas de Roraima possuíam nas localidades por onde ele passou (Serra do Mel, Serra do Marary, Fazenda São Marcos, etc.). O segundo, etnólogo alemão, percorreu toda a fronteira tríplice entre Venezuela, Brasil e Guiana entre 1911-13, fazendo contribuições gigantescas no campo da antropologia. Desta viagem, resultou a obra *Von Roraima zum Orinoco* em 5 volumes editados em Berlim e, traduzido mais tarde para a língua espanhola. Neste documento existem

extensas descrições culturais dos povos de toda esta área fronteiriça, abordando detalhes com extrema riqueza de informação que expressavam a real imagem do modo de vida dos indígenas da região. A documentação fotográfica foi anexada na obra escrita. Além disto, esta expedição rendeu um filme de curta duração (± 12 minutos) produzido na região do rio Surumu, demonstrando atividades diárias realizadas pelos índios. Este pequeno documentário de 1911 é o primeiro registro cinematográfico local abordando diferentes aspectos dos povos existentes no que é hoje o estado de Roraima (provavelmente um dos primeiros deste gênero em toda a América do Sul). Foi telecinado pela I.W.F. alemã.



Figura 3. Porto da cidade de Boa Vista fotografado em 1925 na expedição de Hamilton Rice, aproximadamente na mesma posição e distância da foto realizada na expedição de Ourique.

Fonte: Rice, H. 1978. *Exploração na Guiana Brasileira*. São Paulo, EDUSP. 63p. + anexos.

Outras expedições foram realizadas no início do século XX, em especial as do geógrafo J. D. Hasmann (1912), do botânico João Geraldo Kuhlmann (1912), do ornitólogo M. P. Anderson (1912), do geógrafo William Curtis Farabee (1913) e do médico sanitário Carlos Chagas (1913). Este último fez parte da equipe de Oswaldo Cruz, integrando a comissão que avaliou as condições médico-sanitárias das bacias dos rios Negro e Branco, percorrendo este último até a altura de Vista Alegre, próximo de Caracarái. Constataram enorme incidência de doenças parasitárias, mas a que chamou mais a atenção foi a malária. Na mesma década de 1910, um documento assinado por Luciano Pereira em 1917, ex-deputado federal pelo estado do Amazonas, prestou um relato das riquezas do Rio Branco. Além dos relatos sobre a população, meios de transporte, economia e ambiente, Pereira documentou pela primeira vez o termo “*lavrado*” como referência aos campos de vegetação do tipo

savana (cerrado), que cobrem a região nordeste de Roraima. Este termo é localmente consagrado.

Na sequência dos fatos, a influência de Getúlio Vargas (em dois mandatos) e duas Grandes Guerras mundiais modelaram algumas das expedições desta área fronteira. Aliado a isto, a descoberta de jazidas diamantíferas e auríferas em Roraima na década de 1910, ajudou à que a maioria dos relatos entre 1920-50 fossem relativos a descrição dos aspectos geográficos com ênfase nos recursos minerais. Destacam-se nesta fase as expedições de Avelino Ignácio de Oliveira (1924-25), geólogo que integrou a expedição de Hamilton Rice, Glycon de Paiva (1928), geólogo da Comissão de Inspeção de Fronteiras de Rondon, Antônio Teixeira Guerra (1953-54), geógrafo que produziu um documento até hoje muito atual sobre história e geografia de Roraima, Francis Ruellan (1954-55), geomorfólogo francês da Universidade de Paris. Ruellan fez parte da primeira expedição oficial do INPA à Roraima, então Território Federal do Rio Branco. Nesta ocasião, Ruellan visava promover estudos básicos que pudessem auxiliar no conhecimento sobre a formação das diferentes paisagens da Amazônia. A síntese de seu trabalho foi editada em *Expedições Geomorfológicas no Território do Rio Branco*, de 1957. Nesta mesma expedição, sua aluna Yvonne Beigbeder, realizou um relevante trabalho sobre os processos de construção paisagística da Formação Boa Vista.

Fechando este ciclo estão os geólogos Otávio Barbosa e José Raymundo de Andrade Ramos (1955-56). Ambos designados pela Divisão de Geologia e Mineralogia (DGM) a promover pesquisas de reconhecimento detalhadas na bacia do Rio Branco. Estes estudos estavam dentro dos pressupostos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVA) em promover parte do desenvolvimento econômico da região através da atividade mineral. Além das viagens de campo, levaram em consideração fotografias aéreas do tipo “trimetrogon”, obtidas através de um levantamento bi-nacional (americano e brasileiro) realizado em 1943 em toda a região das savanas do então Território Federal do Rio Branco.

Dos trabalhos demarcatórios, o mais relevante foi sem dúvida o de Cândido Mariano da Silva

Rondon (1927-28); militar a serviço do governo brasileiro que inspecionou as fronteiras nacionais por toda a parte setentrional do Brasil. Percorreu diversas aldeias indígenas e diferentes cursos fluviais que o faziam exaltar a exuberância do local e de seu povo, que ele nomeou como “... *as muralhas dos sertões* ...” por propiciarem o papel de guardiões do espaço brasileiro neste extremo norte amazônico. Embora o princípio básico da Comissão de Limites não fosse científico, Rondon apoiou integralmente os trabalhos de Glycon de Paiva (geólogo) e Phillip Freiherr von Luetzelburg (Botânico) na sua equipe.

Junto ao sentimento nacionalista, as expedições de caráter tipicamente científico e de conhecimento do patrimônio natural afloraram em maior número neste período. Além de nomes importantes já citados para o início do século XX (Koch-Grünberg e Ule), outros marcaram os primeiros anos da ciência moderna no que é hoje Roraima. Pela importância da obra, vale destacar as expedições de Hamilton Rice, do naturalista Tate, dos botânicos Ducke, Black, Aubréville e Prance, além do liminólogo Harald Sioli. Os três últimos nomes foram oficialmente apoiados pelo INPA, visto que o instituto havia sido criado em 1954 e fazia parte dos planos de Getúlio em conhecer melhor a região com o intuito de desenvolvê-la.

Hamilton Rice era membro da *American Geographical Society* e se aliou a Universidade de Harvard na organização de sua 7ª Expedição à Amazônia entre 1924-25, na região do vale do Rio Branco, conhecida como a Guiana brasileira. Seu objetivo era o de avaliar aspectos geográficos desta localidade, visto que os antigos mapas sul-americanos apontavam o setor oeste desta região como uma “área incógnita” (sem reconhecimento físico). Mesmo com apoio e orientação de um hidroavião, Rice levou semanas para alcançar seu objetivo final (as nascentes do rio Parima), atravessando seguidamente trechos encachoeirados no alto rio Uraricoera. Sua expedição era bem diversificada, com diferentes tipos de investigações sendo realizadas. Um trabalho de destaque foi o *Medical Report* de George C. Schattuck, produzido pela Harvard Press em 1926. Também foi nesta expedição que o etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg, convidado de Rice por

sua experiência regional, veio a falecer de malária na localidade denominada como Vista Alegre, próximo de Caracará. Extenso volume de material fotográfico (aéreo e terrestre) foi produzido nesta expedição, além de um documentário filmado pelo brasileiro Silvino Santos (*Em Busca do Eldorado*). Este filme foi editado posteriormente pela BBC de Londres (± 20 minutos) demonstrando aspectos da dificuldade da viagem e da população local (índios e moradores de Boa Vista). É o segundo documento telecinado mais antigo de Roraima.



Figura 4. Theodor Koch-Grünberg anotando contos de um indígena em sua viagem de 1911-13.

Fonte: Koch-Grünberg, T. 1981. *Del Roraima al Orinoco* (Tomo II). Caracas, Ediciones del Banco Central de Venezuela, Colección Histórico-Económica. 264p.

George Henry Hamilton Tate foi naturalista do Museu Americano de História Natural que integrou a Expedição de Lee Garnett ao Monte Roraima entre 1927-28. Entrou pelo Rio Branco até ultrapassar o rio Míang, de onde iniciou a subida ao Roraima. Durante todo o percurso, o grupo fez diversas anotações científicas e coletou diferentes espécies de plantas e animais, compartilhando a ideia da grande variedade de vida nesta região. Foi Tate que deu início ao questionamento sobre a existência de uma possível zona biogeográfica de vida nesta região, caracterizada por relevos tabulares. Após encontrar e receber a ajuda de Rondon, finalizou a expedição cortando o alto rio Maú até a Guiana Britânica.

Harald Sioli, liminólogo alemão do Instituto Max Planck, esteve na cidade de Boa Vista em

1941 e fez diversas medidas liminológicas nos rios Branco e Cauamé, além dos igarapés da Mecejana, do Frasco, do Areal e Caxangá. Também analisou amostras nos lagos dos campos de Roraima e nas fontes d'água da serra do Murupu. Na década de 1950 trabalhou no INPA contribuindo significativamente para estudos da física e da química da água dos rios da Amazônia.

A fase dos grandes botânicos desvendando a flora regional teve como destaque inicial Adolpho Ducke. Botânico altamente qualificado que teve sua carreira iniciada no Museu Paraense Emílio Goeldi terminando-a no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Esteve por três oportunidades no vale do Rio Branco. A primeira, em 1933, realizou coletas aos arredores de Caracará. Em 1937 percorreu o Rio Branco, a cidade de Boa Vista, as serras Grande e do Murupuzinho, e a Fazenda Nova Olinda. Nesta oportunidade Ducke se encontrava a serviço da Comissão Demarcadora de Limites como adido botânico. Em sua última excursão (1943), Ducke coletou em Boa Vista, Caracará, rio Cauamé e Fazenda São Marcos. Várias publicações sobre a Flora Neotrópica foram realizadas sob sua coordenação, sendo comum a citação de espécies coletadas em Roraima.

Os demais botânicos desta fase áurea realizaram suas expedições entre os anos de 1950-1960, dando uma enorme contribuição ao conhecimento da flora de Roraima, em especial as das savanas (lavrado) e áreas florestais de contato. George Black realizou incursões, em 1951, nos rios Branco e Cauamé, igarapés Caranã e Caxangá (em Boa Vista), além das fazendas Bom Intento e São Marcos, serra do Cantá e um trecho da antiga estrada que ligava Boa Vista à Caracará. Bassett Maguire, do *New York Botanical Garden*, alcançou localidades próximas à Boa Vista, serra do Tepequém e rio Cotingo em 1954. William A. Rodrigues, pesquisador do INPA, participou da primeira expedição oficial do instituto com Francis Ruellan em 1954, percorrendo as localidades de Boa Vista, Normandia, Pedra Branca, Maturuca, rios Uailã, Cotingo e Surumu. A partir desta excursão e, somando coletas nas proximidades de Manaus, iniciou o acervo do Herbário INPA. Também nesta oportunidade, Renato de Siqueira Jaccoud participou com Rodrigues nas coletas de campo, iniciando o

que é hoje a xiloteca do INPA. Andre Aubréville, fitogeógrafo francês muito ligado ao INPA, percorreu a região do Taiano e a cidade de Boa Vista em 1958 na companhia de William Rodrigues.

Este ciclo científico ligado à botânica foi fechado por Enrico Forero e Ghillean Tolmie Prance, ambos também muito ligados ao INPA. Eles reconheceram os arredores da cidade de Boa Vista e localidades da serra da Lua, Surucucus, Tepequém, Auaris, além dos rios Branco, Mucajaí, Apiaú e Uraricoera em expedições entre 1967 e 1969. Suas coletas faziam parte do projeto *Plants of Brazilian Amazonia* e foram depositadas também no Herbário INPA, incrementando a coleção de plantas para toda a Amazônia e, em especial para Roraima. Os dois realizaram uma minuciosa coleta de informações biogeográficas e do uso das plantas por comunidades indígenas, podendo ser considerado um marco do etnoconhecimento local. Prance também foi um dos construtores da Teoria dos Refúgios Florestais (1969-74), juntamente com Jürgen Haffer, Paulo Emilio Vanzolini e Keith S. Brown.

Outros atores participaram de expedições científicas ou exploratórias entre as décadas de 1950-1960. José Hidasí, naturalista do Museu Nacional, excursionou em julho de 1956 através do rio Surumu e serra Parima, rendendo 20 novos exemplares para a avifauna local. Cory T. de Carvalho, do Museu Paraense Emílio Goeldi, percorreu a região do Rio Branco entre fevereiro-março de 1959, interessado em reconhecer e coletar principalmente a fauna de mamíferos. Masayuki Takeuchi foi botânico da Universidade de Tóquio e ligado ao INPA. Takeuchi se preocupou em descrever a estrutura das áreas abertas de Roraima (lavrado) em sua excursão à região em 1959. Suas observações delimitaram toda esta paisagem em dois grandes ambientes divididos pelo relevo e estrutura da vegetação. Por fim, talvez o mais ilustre desta lista seja Olivério M. de Oliveira Pinto. Em 1962, com apoio do então Diretor do INPA (Djalma Batista), este ornitólogo percorreu parte dos rios Branco e Mucajaí identificando sua avifauna. Determinou 250 espécies, sendo pelo menos 61 novas descrições para a região. Foi a primeira lista oficial de aves para Roraima que hoje em dia conta com cerca de 800 espécies.

5. O fim dos ciclos naturalistas

A partir da década de 1970 iniciou-se um outro ciclo de expedições e atividades científicas em Roraima que foi suportado por uma forte política federal de aproveitamento dos recursos naturais na Amazônia. Melhores meios de comunicação e transporte, além do surgimento de centros superiores de ensino, pesquisa e extensão contribuíram com um novo perfil científico local. Os maiores exemplos desta fase em Roraima são (i) o Projeto RADAMBRASIL (1972-1974), um reconhecimento de larga escala que ajudou a ampliar o nível de conhecimento sobre os recursos naturais regionais, (ii) a criação de uma base de pesquisa do INPA em Boa Vista (1984), apoiando, por exemplo, o Projeto Maracá – um estudo multidisciplinar envolvendo o INPA e a *Royal Geographic Society* na Estação Ecológica de Maracá (1987-89) e (iii) a criação da Universidade Federal de Roraima em 1990. O último uma estratégia federal para criar um polo acadêmico que olhasse diretamente para as necessidades da população regional, evitando a dependência externa e intensificando a geração de conhecimento para promoção do desenvolvimento regional.

Para finalizar, é importante reconduzir a ideia de que os ensinamentos pretéritos dados pelas diferentes visões das expedições exploratórias e naturalistas (científicas) é parte integrante das discussões sobre a atual formação histórico-cultural da população local. Os ensaios de exploradores e naturalistas sobre recursos naturais e povos indígenas, no que é hoje o estado de Roraima, são o berço desta construção histórica, servindo de base para a geração de políticas públicas neste novo contexto populacional que se formou em Roraima a partir do intenso processo migratório ocorrido nas últimas décadas. Sem esta base de conhecimento assegurada, a estrutura do desenvolvimento fica frágil e são gerados conflitos difíceis de serem resolvidos por causa de interesses pessoais se sobrepujando aos coletivos.

Trabalho derivado de Barbosa, R.I. & Ferreira, E. G. 1997. Historiografia das expedições científicas e exploratórias no vale do Rio Branco. In: Barbosa, R.I.; Ferreira, E. G.; Castellon, E. (eds.), *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus, INPA. pp. 193-216.